

Trabalho, educação e precarização: a experiência de estudantes-trabalhadoras do curso de Direito no capitalismo contemporâneo

Work, education, and precarization: the experience of working female Law students in contemporary capitalism

Trabajo, educación y precarización: la experiencia de estudiantes-trabajadoras de Derecho en el capitalismo contemporáneo

João Pedro Ribeiro Carrijo*

 <https://orcid.org/0009-0005-2489-6117>

Fabiane Santana Previtali**

 <https://orcid.org/0000-0002-8079-5557>

Resumo: Este artigo analisa as experiências de estudantes-trabalhadoras do curso de Direito que conciliam formação universitária e inserção precoce no mercado de trabalho, situando tais trajetórias no contexto das transformações contemporâneas do trabalho e da educação sob a governança neoliberal. Com base no referencial do materialismo histórico-dialético e em contribuições da sociologia crítica do trabalho e das relações de gênero, a pesquisa investiga como essas jovens constroem narrativas sobre suas experiências formativas, laborais e subjetivas. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes de uma universidade federal brasileira entre 2023 e 2024, articuladas à análise teórica das metamorfoses do trabalho no capitalismo contemporâneo. Os resultados evidenciam processos de precarização, intensificação do trabalho e tensionamento entre estudo, trabalho e vida pessoal, ao mesmo tempo que revelam formas narrativas de elaboração da experiência e de resistência às exigências tecnocráticas e produtivistas que atravessam os contextos educacionais e profissionais.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Gênero. Precarização.

Abstract: This article analyzes the experiences of working female Law students who combine university education with early entry into the labor market, situating their trajectories within the context of contemporary transformations in work and education under neoliberal governance. Drawing on the

* Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da UFU. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: <joaopedroribeirocarrijo@hotmail.com>.

** Doutora em Ciências Sociais. Pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Portugal, com apoio da CAPES. Pós-doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professora titular no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Apoio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico /Produtividade em Pesquisa (CNPq/PQ). E-mail: <fabiane.previtali@gmail.com>.

framework of historical-dialectical materialism and on contributions from the critical sociology of work and gender relations, the research investigates how these young women construct narratives about their educational, work-related, and subjective experiences. Methodologically, the study is based on semi-structured interviews conducted with students from a Brazilian federal university between 2023 and 2024, articulated with a theoretical analysis of the metamorphoses of work in contemporary capitalism. The results reveal processes of precarization, work intensification, and tensions among study, work, and personal life, while also showing narrative forms of elaborating experience and resisting the technocratic and productivist demands that permeate educational and professional contexts.

Keywords: Work. Education. Gender. Precarization.

Resumen: Este artículo analiza las experiencias de estudiantes-trabajadoras de Derecho que concilian la formación universitaria con la inserción temprana en el mercado laboral, situando sus trayectorias en el contexto de las transformaciones contemporáneas del trabajo y de la educación bajo la gobernanza neoliberal. Con base en el marco del materialismo histórico-dialéctico y en contribuciones de la sociología crítica del trabajo y de las relaciones de género, la investigación examina cómo estas jóvenes construyen narrativas sobre sus experiencias formativas, laborales y subjetivas. Metodológicamente, el estudio se fundamenta en entrevistas semiestructuradas realizadas con estudiantes de una universidad federal brasileña entre 2023 y 2024, articuladas con el análisis teórico de las metamorfosis del trabajo en el capitalismo contemporáneo. Los resultados evidencian procesos de precarización, intensificación del trabajo y tensiones entre estudio, trabajo y vida personal, al mismo tiempo que revelan formas narrativas de elaboración de la experiencia y de resistencia a las exigencias tecnocráticas y productivistas que atraviesan los contextos educativos y profesionales.

Palabras clave: Trabajo. Educación. Género. Precarización.

Introdução

Este artigo analisa a inserção de estudantes-trabalhadoras do curso de Direito que conciliam formação universitária e trabalho remunerado, investigando de que modo as transformações contemporâneas do capitalismo – especialmente a reestruturação produtiva, a flexibilização das relações laborais e a expansão do setor de serviços – incidem sobre suas condições de vida, saúde e formação profissional. Partindo de uma abordagem orientada pelo materialismo histórico-dialético, a pesquisa articula a sociologia das profissões e os estudos críticos do trabalho para compreender como essas estudantes elaboram e narram suas experiências formativas e laborais em contextos educacionais atravessados pela governança neoliberal.

Nesse sentido, o estudo situa empiricamente as trajetórias dessas jovens trabalhadoras no interior das metamorfoses do mundo do trabalho desde a crise do fordismo e a consolidação da acumulação flexível, marcada pela intensificação da exploração e pela precarização estrutural. Ao dar centralidade às narrativas produzidas pelas próprias estudantes sobre suas experiências cotidianas de estudo e trabalho, o artigo busca evidenciar como tais relatos expressam simultaneamente processos de sujeição às exigências produtivistas do capitalismo contemporâneo e formas de elaboração crítica dessas condições. Dessa forma, o estudo contribui para o debate sobre trabalho, gênero, educação e precarização, ressaltando o papel das narrativas na compreensão das experiências educativas e das subjetividades que se constituem no interior das transformações contemporâneas do trabalho.

Inicialmente, é importante precisar o sentido histórico e sociológico de profissão. Derivada do latim *professio*, a palavra pode designar tanto uma atividade da qual se retiram os meios de subsistência quanto um ofício dotado de prestígio social e intelectual (Kergoat; Picot; Lada, 2009). Na sociologia das profissões, sobretudo na tradição anglo-saxã, consolidou-se a distinção entre as “verdadeiras profissões”, marcadas pelo reconhecimento estatal, pela autonomia na formação e no

exercício profissional e pela longa qualificação teórico-prática, e as demais ocupações, desprovidas dessas prerrogativas (Kergoat; Picot; Lada, 2009).

Historicamente, o ingresso feminino nas profissões foi atravessado por fortes barreiras. Durante o século XIX e o início do século XX, as mulheres foram majoritariamente direcionadas a ocupações entendidas como compatíveis com o gênero, como secretariado, enfermagem e magistério (Cacouault, 1987), permanecendo, em contrapartida, afastadas de profissões de maior prestígio, como Medicina e Direito (Kergoat; Picot; Lada, 2009). Embora, nas últimas décadas, as mulheres tenham passado a constituir a maioria no Ensino Superior brasileiro (Brasil, 2022), e pesquisas em cursos de Direito confirmem essa predominância (Carrijo; Previtali, 2024), isso não eliminou as desigualdades estruturais. Nicole-Drancourt (1991) mostra que as trajetórias femininas seguem distintas das masculinas e são profundamente condicionadas pelas relações sociais de gênero (Kergoat; Picot; Lada, 2009). Na mesma direção, Lagrave (1992) argumenta que o mundo do trabalho permanece sexualmente segmentado, reproduzindo barreiras estruturais e ideológicas na divisão entre trabalho masculino e feminino.

É nesse quadro que se insere o presente estudo, voltado a analisar como os novos processos de organização do trabalho – incluindo as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), as novas formas de controle e gestão e as mudanças na dinâmica produtiva – impactam a qualidade de vida de estudantes de Direito que trabalham e estudam simultaneamente. Tal problemática deve ser compreendida no interior das transformações do capitalismo contemporâneo. A partir da década de 1980, a classe que vive do trabalho passou por uma crise profunda que atingiu não apenas sua materialidade, mas também sua subjetividade e sua forma de ser social (Antunes, 2015). Esse processo se articulou ao avanço da automação, da robótica e da microeletrônica nas relações de produção.

Nesse contexto, o fordismo e o taylorismo deixaram de ser paradigmas exclusivos, coexistindo com novas experiências produtivas, entre elas o neofordismo, o pós-fordismo e modelos regionalmente diferenciados, como os da Terceira Itália, de Kalmar, do Vale do Silício e de regiões da Alemanha, até a consolidação do toyotismo como expressão mais acabada da flexibilização produtiva (Annunziato, 1989; Clarke, 1991; Coriat, 1992a, 1992b; Harvey, 1992; Murray, 1983; Sabel; Piore, 1984). Em resposta à crise estrutural de 1973, emerge a chamada acumulação flexível, caracterizada pela flexibilização dos processos e mercados de trabalho, dos padrões de consumo e das formas organizacionais, sem romper, contudo, com os fundamentos do capitalismo, como a centralidade da valorização do capital e da exploração do trabalho vivo (Harvey, 1992).

As consequências foram expressivas: enfraquecimento do trabalho organizado, ampliação do desemprego estrutural, retração sindical e intensificação do individualismo, com impactos diretos sobre a capacidade de resistência coletiva (Harvey, 1992). Nessa reconfiguração, o toyotismo assumiu papel central (Antunes, 2015), introduzindo polivalência, desespecialização e trabalho em equipe, ao lado de mecanismos como *kanban*, *just in time*, terceirização, subcontratação, círculos de controle de qualidade e gestão participativa (Antunes, 2015; Coriat, 1992b). Sob a aparência de autonomia, esse modelo aprofunda formas de “envolvimento cooptado”, por meio das quais o capital se apropria do saber e da experiência do trabalho (Antunes, 2015; Gramsci, 1976).

Em *História e consciência de classe*, Lukács (1974) sustenta que a crise do capitalismo é também uma crise ideológica, uma vez que a ordem burguesa depende da reprodução de formas de consciência compatíveis com sua dominação. Por isso, a luta revolucionária é também luta pela consciência. A consciência de classe não é mero reflexo imediato das condições materiais, mas unidade entre teoria e prática, com dimensão ética e histórica (Lukács, 1974 *apud* Mészáros, 2011).

Todavia, a persistência da reificação e a atuação de instituições que atomizam e despolitizam os trabalhadores dificultam a transformação das crises sociais em rupturas efetivas (Lukács, 1974). Assim, as transformações contemporâneas do trabalho alteram simultaneamente as condições objetivas de exploração e os processos de subjetivação da classe trabalhadora.

No interior desse processo, a expansão do setor de serviços ocupa lugar central. Antunes (2020, p. 55) identifica o surgimento de um “novo proletariado de serviços”, composto por trabalhadores de *call centers*, *telemarketing*, tecnologia da informação, hotelaria, comércio e hipermercados. Paralelamente, setores historicamente associados às classes médias, como profissionais liberais, médicos, advogados e funcionários públicos, vêm experimentando crescente assalariamento e proletarização (Antunes, 2020). Esse movimento integra uma dinâmica de precarização estrutural marcada por intensificação da exploração, informalidade, terceirização e flexibilização (Antunes, 2020), produzindo uma nova morfologia da classe trabalhadora, simultaneamente heterogênea em gênero, etnia, geração e qualificação, e homogeneizada pela precarização generalizada (Antunes, 2020).

Antunes (2020) observa, ainda, que essa realidade aparece também em registros estéticos e documentais: em *Factory Complex*, de Im Heung-soon, a exploração do trabalho feminino surge marcada por violência, humilhação e precariedade, embora também por resistência; de modo semelhante, *What We Have Made*, de Fanny Tondre, evidencia a dureza e a invisibilização do trabalho de migrantes na construção civil francesa (Antunes, 2020). Em termos mais amplos, a expansão do setor terciário, que passou a concentrar mais de 60% das ocupações em diversos países, implicou assalariamento crescente dos estratos médios e produziu simultaneamente processos de qualificação e desqualificação do trabalho (Annunziato, 1989; Offe; Berger, 1991).

Marx já havia antecipado esse paradoxo ao indicar que a grande indústria amplia o peso do trabalho intelectual no processo produtivo, sem eliminar a centralidade do trabalho vivo como fonte de valorização do capital (Marx, 1972; Marx, 1978a). Lojkin (1990) reforça essa análise ao mostrar que o trabalhador contemporâneo assume funções cada vez mais complexas, combinando dimensões técnicas e intelectuais; contudo, essa multifuncionalidade também pode significar ataque ao saber profissional e à autonomia do trabalhador (Antunes, 2015). Como resultado, consolida-se uma polarização das qualificações (Freyssenet, 1989), ao mesmo tempo que, paradoxalmente, se expandem formas precarizadas de trabalho digital, como o ciberproletariado (Antunes, 2015). Tais transformações atingem inclusive o setor público, submetido à mercadorização e à reestruturação produtiva em áreas como saúde, educação e previdência (Antunes, 2015).

Diante desse cenário, torna-se especialmente relevante investigar as experiências subjetivas das trabalhadoras inseridas nesses novos arranjos produtivos. Thébaud-Mony (2009) propõe que a análise da saúde no trabalho, a partir das relações sociais de sexo, permite compreender o papel da divisão sociosexual do trabalho na produção diferenciada das condições de saúde de homens e mulheres. Nessa direção, esta pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como referencial analítico, articulando a crítica ao modo de produção capitalista com as mediações de gênero e raça (Kergoat, 2010; Taylor; Whittier, 1998; Trat, 2009), a fim de compreender como as transformações contemporâneas do capitalismo incidem simultaneamente sobre as condições objetivas de trabalho e as experiências subjetivas das trabalhadoras (Carrijo; Previtali, 2024).

A pesquisa empírica foi realizada entre 2023 e 2024, por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes do curso de Direito de uma universidade federal situada no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. As participantes conciliam a graduação com atividades profissionais em instituições jurídicas, desempenhando funções que demandam competências técnicas específicas e se inserem na dinâmica do chamado trabalho qualificado. Embora ainda não estejam plenamente inseridas no mercado de trabalho como profissionais formadas, suas

experiências já antecipam dinâmicas laborais que tendem a se intensificar após a conclusão do curso. Por isso, a análise de suas percepções acerca do trabalho, das condições laborais e dos impactos dessas experiências sobre sua saúde física e mental permite iluminar processos mais amplos de precarização que atingem segmentos qualificados da classe trabalhadora contemporânea.

Assim, ao examinar criticamente a trajetória dessas jovens estudantes-trabalhadoras do curso de Direito, este estudo busca compreender as contradições que marcam a inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho contemporâneo e, com isso, contribuir para o debate sobre trabalho, gênero e precarização no capitalismo atual.

Metodologia

A presente investigação foi contemplada com bolsa de apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital DIRPE n.º 2/2023 — Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) —, e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n.º 96070426.0.0000.5152. O trabalho de campo foi realizado entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024, observando-se os parâmetros éticos aplicáveis à pesquisa com seres humanos. Considerando que o estudo envolveu entrevistas semiestruturadas, foram adotados procedimentos relativos ao consentimento livre e esclarecido, à confidencialidade, ao anonimato e à proteção das participantes. Todas as estudantes foram previamente informadas sobre os objetivos da investigação, os procedimentos de coleta, a possibilidade de desistência e a destinação acadêmico-científica dos dados, participando apenas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os áudios foram gravados mediante autorização expressa e posteriormente transcritos para análise, preservando-se a identidade das entrevistadas.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo descritivo e explicativo, de corte transversal, com abordagem predominantemente qualitativa, articulada à caracterização sociodemográfica das participantes e à análise de aspectos relacionados à qualidade de vida. O estudo integra investigação mais ampla sobre trabalho, educação, tecnologias digitais e reestruturação produtiva contemporânea, tomando como objeto específico as experiências de estudantes-trabalhadoras do curso de Direito que conciliam formação universitária e inserção laboral em instituições jurídicas, escritórios de advocacia e órgãos públicos.

A pesquisa ancora-se no materialismo histórico-dialético, compreendido não como técnica neutra de investigação, mas como orientação teórico-metodológica voltada à apreensão dos fenômenos sociais em sua historicidade, contradição e inserção na totalidade das relações sociais. Nessa perspectiva, conhecer um objeto não significa descrevê-lo apenas em sua manifestação imediata, mas reconstruir teoricamente seu movimento real, suas mediações, suas contradições internas e sua relação com a totalidade social. Como assinalam Marx e Engels (2007), é na produção material da vida que se enraízam as formas jurídicas, políticas e ideológicas da sociabilidade. De modo convergente, Marx (2009) observa que o trabalho e as condições materiais de existência constituem mediações fundamentais para a compreensão da vida social. Por isso, a análise das experiências das estudantes-trabalhadoras não pode restringir-se ao plano individual ou psicológico, devendo ser situada nas relações sociais que organizam a formação jurídica, o trabalho qualificado, a precarização laboral e as desigualdades de classe, gênero, raça e etnia.

A primeira categoria metodológica mobilizada é a historicidade. Por meio dela, o objeto é compreendido como resultado de processos sociais determinados, e não como realidade natural ou imutável. Assim, a condição das estudantes que trabalham e estudam simultaneamente é examinada

no interior das transformações contemporâneas do capitalismo, especialmente da reestruturação produtiva, da flexibilização dos vínculos laborais, da intensificação do trabalho e da expansão de formas precárias de inserção no setor de serviços. A historicidade permite, portanto, compreender que a experiência das participantes não é acidental, mas produzida em uma conjuntura específica de reorganização das relações entre Educação Superior, trabalho e juventude.

A segunda categoria central é a totalidade. Ela não designa uma soma de fatos dispersos, mas um todo estruturado, contraditório e historicamente determinado, no interior do qual os fenômenos particulares se tornam inteligíveis como momentos de um processo social mais amplo (Kosík, 1969; Marx, 1982; Paulo Netto, 2011). Cada fenômeno deve, assim, ser apreendido simultaneamente como produto e produtor de relações sociais, determinado por estruturas mais amplas e, ao mesmo tempo, revelador dessas próprias estruturas (Kosík, 1969). Nessa direção, a sociabilidade capitalista é compreendida como totalidade concreta, dinâmica e contraditória, ou, nos termos de Lukács, como um “complexo de complexos” (Barata-Moura, 1977; Lukács, 1974, 1979; Marcuse, 1969).

A terceira categoria é a contradição. O materialismo histórico-dialético parte do pressuposto de que os fenômenos sociais são constituídos por tensões internas. No caso desta pesquisa, tais contradições aparecem, por exemplo, na coexistência entre formação jurídica e desproteção laboral, entre ampliação do acesso feminino ao Ensino Superior e persistência de desigualdades de gênero e raça, entre tecnologias que prometem eficiência e dispositivos que intensificam o controle do trabalho, entre estágio como formação profissional e estágio como mão de obra flexível e barata. A contradição permite, portanto, apreender o objeto para além de sua aparência imediata.

A quarta categoria é a mediação. Ela permite articular o singular, o particular e o universal: as trajetórias concretas das quatro estudantes entrevistadas, o contexto específico do curso de Direito em uma universidade pública federal e as determinações estruturais do capitalismo contemporâneo. Por meio da mediação, dados como cor/raça, origem escolar, deslocamento, turno, vínculo laboral, percepção de saúde e qualidade de vida deixam de ser informações isoladas e passam a ser compreendidos como expressões particulares de relações sociais mais amplas.

Essa orientação implica também a passagem da aparência à essência. Kosík (1969) assinala que a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao pensamento, exigindo mediação teórica, crítica e histórica. O mundo da pseudoconcreticidade designa precisamente esse plano em que o fenômeno revela e oculta a essência, impondo à investigação a tarefa de ultrapassar a imediatividade aparente (Kosík, 1969). Daí a necessidade da ciência e da filosofia, pois, se aparência e essência coincidissem, a ciência seria supérflua (Kosík, 1969; Marx, 1959; Marx, 1974). O conceito, nesse sentido, não é ornamento abstrato, mas forma de apreensão estrutural do real (Granger, 1956; Kosík, 1969). Por isso, a dialética afirma-se como pensamento crítico capaz de distinguir aparência e realidade, representação e conceito, vinculando o conhecimento à possibilidade de transformação social (Kosík, 1969).

A unidade entre teoria e prática também orienta o percurso metodológico. A verdade do pensamento comprova-se na práxis (Marx, 1974), razão pela qual o método não é elemento externo à teoria, mas sua própria “alma” (Lênin, 1965; Gramsci *apud* Coutinho, 2021; Marx, 2013; Mészáros, 2021). Nessa chave, a objetividade científica não é entendida como neutralidade abstrata, mas como fidelidade às determinações do objeto e explicitação rigorosa das mediações que constituem a realidade investigada. Löwy (1975) observa que a produção do conhecimento social exige reconhecer o vínculo entre análise crítica e posicionamento histórico diante das contradições do mundo social. Tal orientação também exige clareza na escrita científica. Wright Mills (1959) adverte que a linguagem complexa somente se justifica quando amplia a capacidade de interpretação,

recomendando evitar tanto o obscurecimento discursivo quanto a fragmentação de estudos desconectados das estruturas sociais mais amplas.

Ao lado do materialismo histórico-dialético, a pesquisa mobiliza a Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme o referencial de Fairclough (2016). A ACD é aqui compreendida como perspectiva teórico-metodológica que permite examinar o discurso não como expressão meramente individual, mas como prática social atravessada por relações de poder, ideologia e disputas de sentido. Em sua formulação, a proposta de Fairclough (2016) permite compreender o discurso em três dimensões articuladas: como texto, isto é, como organização linguística concreta; como prática discursiva, ou seja, como processo de produção, circulação e interpretação de sentidos; e como prática social, quer dizer, como forma de relação historicamente situada com estruturas sociais mais amplas. Assim, a ACD possibilita analisar como sujeitos nomeiam, justificam, naturalizam, silenciam ou problematizam suas experiências sociais.

Essa perspectiva dialoga diretamente com o materialismo histórico-dialético. Enquanto este permite apreender as falas das entrevistadas em sua relação com a totalidade social, a ACD possibilita examinar como essa totalidade se manifesta discursivamente nas narrativas sobre trabalho, estudo, cansaço, produtividade, medo, vocação, mérito, adoecimento, racismo, gênero e responsabilização individual. Desse modo, o discurso é compreendido como mediação entre experiência subjetiva e estrutura social objetiva. As falas das estudantes não são tratadas como depoimentos isolados, mas como enunciações nas quais se condensam contradições entre formação universitária, inserção laboral, gestão produtivista, desigualdades sociais e precarização.

No plano concreto da pesquisa, o material empírico foi produzido por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro estudantes do gênero feminino, regularmente matriculadas no curso de Direito de uma universidade pública federal situada no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. As participantes conciliavam a graduação com atividades profissionais ou de estágio em instituições jurídicas, escritórios de advocacia ou órgãos públicos, inserindo-se, ainda durante a formação universitária, em dinâmicas próprias do trabalho qualificado no setor de serviços. A seleção das participantes ocorreu a partir de três critérios: vínculo regular com o curso de Direito, inserção simultânea em atividades acadêmicas e profissionais e disponibilidade para participação na pesquisa.

A amostra reduzida justifica-se pelo caráter qualitativo do estudo e pela proposta de aprofundamento analítico das experiências vividas. Na pesquisa qualitativa, a relevância do material empírico não se mede pela quantidade de participantes, mas pela densidade das informações produzidas e por sua capacidade de iluminar o objeto investigado (Gaskell; Bauer, 2017; Minayo, 2014). Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas foram escolhidas por permitirem que as estudantes narrassem, em seus próprios termos, as tensões entre trabalho, estudo, saúde, tempo livre, deslocamento, expectativas profissionais, tecnologias digitais, relações hierárquicas e condições de permanência na universidade.

As técnicas de pesquisa compreenderam entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica permitiu situar o objeto no debate crítico sobre trabalho, educação, gênero, precarização, juventude, tecnologias digitais e capitalismo contemporâneo. A análise documental foi empregada como procedimento complementar, voltado ao exame sistemático de documentos e informações pertinentes ao objeto investigado, compreendendo-se, com Iglesias e Gómez (2004), que a análise documental envolve descrição, representação e recuperação de informações relevantes para a pesquisa. Como assinala Lefebvre (1991), o conhecimento avança da superfície à “substância” das coisas, movimento que exige a superação da aparência imediata por meio da reconstrução crítica das mediações do real.

A aplicação do materialismo histórico-dialético ao tratamento dos dados ocorreu em três níveis. No primeiro, os dados sociodemográficos e as informações sobre qualidade de vida foram tomados como ponto de partida empírico, e não como explicação final. Assim, cor/raça, origem escolar, cidade de residência, turno do curso, vínculo laboral, deslocamento, percepção de saúde e disponibilidade de tempo foram analisados como mediações concretas entre a experiência individual das estudantes e as estruturas sociais mais amplas. A qualidade de vida, nessa perspectiva, não foi compreendida como atributo meramente psicológico ou individual, mas como categoria que articula percepção subjetiva e condicionamentos objetivos, tais como renda, moradia, educação, trabalho, transporte, lazer e saúde (Saupe *et al.*, 2004).

No segundo nível, as narrativas foram interpretadas a partir das categorias de totalidade, contradição, mediação, trabalho, alienação, precarização e reprodução das desigualdades sociais. Desse modo, falas sobre cansaço, falta de tempo para estudar, mensagens fora do horário de trabalho, insegurança contratual, sobrecarga, microagressões raciais e divisão sexual de tarefas foram relacionadas às transformações contemporâneas do trabalho e às formas de precarização que atingem o setor de serviços qualificado. O objetivo, portanto, não foi apenas descrever as dificuldades relatadas, mas compreender as relações sociais que as produzem.

No terceiro nível, a análise articulou o singular, o particular e o universal. O singular corresponde às trajetórias concretas das quatro participantes; o particular, ao contexto da formação jurídica em uma universidade pública federal e à inserção em instituições jurídicas; e o universal, às determinações estruturais do capitalismo contemporâneo, marcado pela flexibilização dos vínculos laborais, pela intensificação do trabalho, pela mercantilização da vida social e pela persistência das desigualdades de classe, gênero, raça e etnia. Essa articulação permitiu compreender as estudantes-trabalhadoras como sujeitos histórico-sociais inseridos em uma totalidade concreta, e não como casos isolados.

A aplicação da análise crítica do discurso também se deu em três movimentos articulados. Inicialmente, realizou-se a leitura integral das transcrições, buscando identificar recorrências temáticas, tensões narrativas e marcas discursivas relacionadas ao trabalho, à formação jurídica, ao cansaço, à saúde, ao tempo, à produtividade, às tecnologias digitais, à responsabilização individual, ao racismo, ao gênero e às expectativas profissionais. Em seguida, foram selecionados excertos significativos das entrevistas, considerando sua capacidade de expressar contradições entre a experiência singular das participantes e as determinações sociais mais amplas. Por fim, os depoimentos foram interpretados como práticas discursivas nas quais as estudantes nomeiam, justificam, naturalizam ou problematizam suas condições de estudo e trabalho.

Nesse procedimento, determinadas formulações discursivas tornaram-se especialmente relevantes para a análise. Expressões relacionadas ao cansaço, à obrigação de “mostrar serviço”, à necessidade de responder mensagens fora do horário, à sensação de estar sempre disponível, à dificuldade de estudar com qualidade, ao medo de perder oportunidades e à naturalização de tarefas subalternizadas foram compreendidas como marcas discursivas de uma sociabilidade atravessada pela precarização. A ACD permitiu, assim, examinar como as participantes elaboram sentidos sobre sua própria experiência, enquanto o materialismo histórico-dialético permitiu relacionar esses sentidos às condições objetivas que os produzem.

Dessa articulação resulta o percurso metodológico da pesquisa. O materialismo histórico-dialético orientou a formulação do problema, a construção das categorias de análise e a interpretação das experiências das participantes em sua relação com a totalidade social. A análise crítica do discurso de Fairclough (2016), por sua vez, permitiu examinar as entrevistas como práticas discursivas nas quais se manifestam, de modo contraditório, processos de sujeição, naturalização, resistência e elaboração crítica da experiência. Assim, a análise não buscou apenas

classificar temas recorrentes, mas compreender como formas discursivas como cansaço, mérito, vocação, produtividade, medo, autonomia e responsabilização individual expressam contradições materiais do trabalho qualificado precarizado. Nessa perspectiva, as estudantes-trabalhadoras do curso de Direito são compreendidas como sujeitos concretos cujas trajetórias revelam, em escala singular, as formas contemporâneas de precarização, desigualdade e disputa por permanência, formação e vida digna no capitalismo atual.

Perfil das participantes e mediações de classe, gênero e raça

As entrevistas foram realizadas com quatro estudantes-trabalhadoras do curso de Direito de uma universidade federal, todas mulheres, regularmente matriculadas e inseridas em atividades laborais ou de estágio. Esse recorte não é apenas descritivo, mas decorre da própria problemática da pesquisa, voltada a compreender como formação jurídica, trabalho qualificado no setor de serviços e precarização contemporânea se articulam às desigualdades de classe, gênero e raça. Tal escolha dialoga com o fato de as mulheres constituírem a maioria no Ensino Superior brasileiro (Brasil, 2022), embora sua presença quantitativa não elimine formas persistentes de desigualdade no acesso ao trabalho, à renda, à autoridade profissional e ao reconhecimento.

A centralidade da experiência feminina também se justifica pela crítica de Souza-Lobo (2021), para quem a representação clássica do trabalho foi historicamente construída a partir de uma figura masculina, deixando em posição secundária as experiências das mulheres trabalhadoras. No *corpus* analisado, três entrevistadas se autodeclararam pretas ou pardas, aspecto que exige uma leitura não apenas de gênero, mas também racializada das trajetórias educacionais e laborais. Essa dimensão encontra respaldo nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) sobre a composição racial brasileira e nas análises de Manoel e Teixeira (2024), segundo as quais a escolaridade interfere na probabilidade de inserção feminina no mercado de trabalho informal, ainda que seus efeitos sejam diferenciados entre mulheres negras e brancas. Assim, a passagem pelo Ensino Superior aparece como mediação relevante, mas insuficiente para suprimir desigualdades estruturais.

Esse dado é decisivo porque impede uma interpretação homogênea da experiência estudantil. A condição de estudante-trabalhadora não se manifesta da mesma forma para todas: ela é atravessada pela origem escolar, pelo deslocamento urbano ou intermunicipal, pela necessidade de renda, pelo tipo de vínculo laboral e pelos marcadores de raça e gênero. Bairros (1995) adverte que a mulher negra trabalhadora não deve ser compreendida por uma lógica meramente hierarquizante da opressão, mas a partir de uma posição histórica específica em uma sociedade racista e sexista. Em sentido próximo, Kergoat (2010), Hirata (2002), Hirata *et al.* (2009), Taylor e Whittier (1998) e Trat (2009) permitem compreender classe, gênero e raça como relações sociais consubstanciais, isto é, simultaneamente distintas e inseparáveis na produção concreta da vida social.

As participantes expressaram essa articulação de maneira singular. A Entrevistada 1, mulher preta, 21 anos, oriunda de outra cidade, cursava o sexto período noturno e estagiava no setor jurídico de um grande conglomerado. A Entrevistada 2, mulher parda, 28 anos, também vinda de outra cidade, cursava o sétimo período matutino e estagiava em um tribunal local. A Entrevistada 3, mulher branca, 24 anos, residente na cidade da universidade, cursava o sexto período noturno e conciliava estágio em escritório de advocacia com outro trabalho. A Entrevistada 4, mulher parda, 26 anos, residente em município próximo, cursava o oitavo período noturno e estagiava em órgão da administração pública municipal. Todas, portanto, vivenciavam a formação jurídica sob a pressão de uma temporalidade fraturada entre estudo, trabalho, deslocamento, descanso e expectativas profissionais.

Trabalho, estudo e precarização da experiência universitária

As narrativas evidenciaram que a conciliação entre graduação e trabalho não se reduz a um esforço individual de organização do tempo. Trata-se, antes, de uma expressão particular de transformações mais amplas do capitalismo contemporâneo, marcadas pela flexibilização dos vínculos, pela intensificação das jornadas, pela insegurança contratual e pela transferência ao indivíduo da responsabilidade por sua própria permanência educacional e laboral. Antunes (2020) identifica esse processo como parte de uma nova morfologia do trabalho, na qual se ampliam vínculos terceirizados, pejetizados, intermitentes, flexíveis e plataformizados, frequentemente associados à gestão por metas, à instabilidade e ao adoecimento. Grohmann e Salvagni (2023), ao analisarem o trabalho em plataformas digitais, também destacam que a precarização contemporânea se apresenta muitas vezes sob a aparência de autonomia, embora produza dependência, insegurança e submissão crescente à produtividade.

Esse movimento incide diretamente sobre jovens em formação. Pires, Senkevics e Sposito (2026) demonstram que as trajetórias juvenis entre estudo e trabalho no Brasil são profundamente atravessadas por gênero, raça e classe, não podendo ser explicadas apenas por escolhas individuais. No caso das estudantes entrevistadas, o trabalho apareceu simultaneamente como necessidade material, antecipação da carreira jurídica e obstáculo à plena fruição da vida universitária. A Entrevistada 2 sintetizou essa tensão ao afirmar: *“É muito difícil estudar do jeito que eu gostaria. O trabalho toma o tempo que eu teria pra ler com calma, pensar melhor... Às vezes vou pra aula cansada e não absorvo nada”*. A fala explicita que o tempo de estudo não é apenas reduzido quantitativamente, mas qualitativamente empobrecido pela exaustão.

A Entrevistada 1 descreveu experiência semelhante: *“Tem dia que eu chego da faculdade exausta, mas ainda tenho que revisar processo, responder e-mail, ligar para cliente... Eu nem consigo jantar direito, só quero dormir”*. O depoimento revela uma sobreposição de tempos sociais: o tempo da formação acadêmica, o tempo do trabalho jurídico, o tempo da disponibilidade permanente e o tempo biológico do corpo exaurido. A Entrevistada 3, por sua vez, explicitou a dupla inserção laboral como forma concreta de precarização: *“Acordo às cinco para adiantar o outro trabalho antes de ir para o estágio. À noite, vou direto pra faculdade. Não tenho fim de semana. Me sinto um robô”*. A expressão *“me sinto um robô”* sintetiza a redução da subjetividade à produtividade, aproximando-se da crítica marxiana ao trabalho alienado, no qual a atividade humana assume caráter exterior e compulsório (Marx, 1978b, 1983).

A Entrevistada 4 também evidenciou a compressão do tempo de vida pelo trabalho, pelo deslocamento e pela formação acadêmica: *“Pego van todo dia de um município vizinho. O estágio é das oito às duas, mas sempre estica. Chego em casa às quatro, tomo banho e já saio pra faculdade. Não tenho tempo nem pra namorar, imagina pra estudar com qualidade”*. A fala mostra que a permanência universitária não depende apenas de matrícula formal, mas também de condições materiais para estudar, descansar, deslocar-se e participar da vida acadêmica. Nesse sentido, os depoimentos confirmam a análise de Dejours e Bègue (2010) sobre o sofrimento psíquico produzido por organizações laborais que subordinam a subjetividade à lógica da eficiência, bem como a observação de Dayrell (2003) acerca das contradições vividas pela juventude popular entre o direito à educação e as condições concretas de permanência.

Vínculos laborais, estágio e formas jurídicas da precarização

A inserção das participantes em instituições jurídicas revela uma contradição especialmente relevante: estudantes de Direito, ainda em formação, vivenciam relações laborais marcadas por fragilidade contratual, insegurança e assimetrias de poder justamente em espaços nos quais o direito

do trabalho é conhecido, mobilizado e, muitas vezes, formalmente defendido. No tribunal, essa contradição aparece de modo contundente na fala da Entrevistada 2: *“No tribunal, estagiário é mão de obra barata. A gente faz minuta, carrega processo, e ninguém pergunta se a gente tem prova no dia seguinte. Tive uma vez que me passaram uma pilha de processos sexta à tarde pra devolver na segunda, e eu tinha uma prova na segunda de manhã”*.

O depoimento evidencia que o estágio pode funcionar como forma de inserção pedagógica e profissional, mas também como modalidade de trabalho flexível, de baixo custo e baixa proteção. A Entrevistada 4 relatou situação semelhante no setor público municipal: *“Aqui no órgão público, a gente é contratado como estagiário, sem direito a nada. Quando fiquei doente, precisei repor horas porque não tinha atestado válido para o programa de estágio. Ninguém está nem aí se você está mal”*. A fala indica que a roupagem institucional do setor público não elimina a desproteção, podendo inclusive naturalizá-la por meio de regras administrativas que subordinam a saúde da estudante à reposição formal da carga horária.

Essas percepções convergem com Antunes (2018, 2020), para quem o capitalismo contemporâneo intensifica terceirização, informalidade, flexibilidade e insegurança, atingindo de maneira particularmente aguda os jovens do setor de serviços. Braverman (1981) já havia indicado que a expansão do trabalho intelectual assalariado não elimina a exploração, mas pode produzir novas formas de subordinação, baixos salários e intercambialidade funcional. No mesmo sentido, Antunes (2020) observa que o toyotismo se apropria não apenas do fazer, mas também do saber intelectual e da subjetividade do trabalhador, exigindo “perfil”, “vontade” e “disposição” como condições de permanência. Nessa moldura, a autonomia frequentemente aparece como forma ideológica de responsabilização individual, deslocando para a estudante-trabalhadora o ônus de administrar a própria exaustão.

Tecnologias digitais, *home office* e intensificação do controle

As TDIC ocupam lugar ambivalente nas narrativas. Por um lado, *softwares* jurídicos, plataformas processuais, sistemas de gestão, redes sociais e ferramentas de inteligência artificial facilitam tarefas, reduzem deslocamentos e ampliam o acesso a informações. Por outro, aceleram ritmos, ampliam a disponibilidade e aprofundam mecanismos de controle. Essa ambivalência já se encontra em Braverman (1981), para quem a automação pode reforçar a subordinação do trabalho vivo à máquina, e em Huws (2014), que identifica a emergência de um “cibertariado” escolarizado, mas submetido a novas formas de pressão e precarização.

A Entrevistada 1 descreveu o *home office* como extensão da jornada, e não como liberação do tempo: *“O home office virou uma armadilha: meu chefe manda mensagem às dez da noite esperando resposta. Se eu não responder na hora, no dia seguinte vem cobrança disfarçada de preocupação”*. De maneira semelhante, a Entrevistada 3 relatou a invasão da vida privada pelas tecnologias de comunicação: *“A minha chefe me cobra por Whats.App como se eu estivesse à disposição 24 horas. Se não respondo no horário que ela quer, ela surta. Já tive crise de ansiedade por causa de mensagem no meio da aula”*. Nesses enunciados, o *Whats.App*, as plataformas digitais e o trabalho remoto aparecem como dispositivos de disponibilidade permanente, deslocando o controle para além do espaço físico de trabalho.

A flexibilização temporal, longe de significar liberdade plena, pode ampliar o controle sobre o ritmo e a duração da jornada (Antunes, 2020). Dejours e Bègue (2010) observam que formas de autogerenciamento e responsabilização individual tendem a elevar a carga psíquica do trabalho. No campo educacional, Lesniewski, Trevisol e Oleinick (2025) mostram que a Educação Superior, ao incorporar práticas gerenciais neoliberais, tende a ampliar processos de precarização por meio da flexibilização contratual, da expansão de modelos mediados por plataformas e da intensificação do trabalho. Embora o estudo desses autores trate do trabalho docente, sua contribuição ajuda a

compreender o ambiente institucional mais amplo em que se formam as estudantes investigadas: a universidade e o mercado jurídico não estão fora das transformações digitais do trabalho, mas integrados a elas.

Divisão sexual do trabalho, microagressões e desigualdades no campo jurídico

As entrevistas também revelaram que a precarização não se distribui de modo neutro. Ela é modulada por gênero e raça, expressando-se tanto na divisão de tarefas quanto em microagressões cotidianas. A Entrevistada 3 relatou a permanência de uma divisão sexual do trabalho no escritório de advocacia: *“No escritório de advocacia, sou a única mulher entre os estagiários. O chefe só confia as tarefas mais importantes para os meus colegas homens. Para mim, sobra o resto, além da organização de agenda e café. É frustrante”*. A fala evidencia que a qualificação acadêmica não basta para garantir reconhecimento profissional, pois a distribuição das tarefas permanece atravessada por expectativas generificadas.

No caso das estudantes negras e pardas, a dimensão racial aparece de forma ainda mais direta. A Entrevistada 1 afirmou: *“No escritório, sou a única estagiária negra. Sempre sinto que preciso mostrar serviço em dobro para não duvidarem da minha capacidade”*. A necessidade de *“mostrar serviço em dobro”* revela a imposição de uma prova permanente de competência.

A Entrevistada 4, por sua vez, relatou situação semelhante no setor público: *“Já percebi que as pessoas acham que estagiário de cabelo cacheado e pele mais escura é menos competente. Isso machuca, mas aprendi a não me calar mais”*. O depoimento mostra que a universidade e o trabalho jurídico continuam atravessados por imaginários raciais que associam competência, autoridade e pertencimento a determinados corpos. Ao mesmo tempo, a frase final – *“aprendi a não me calar mais”* – indica que a narrativa não expressa apenas sujeição, mas também elaboração crítica e resistência.

Tais relatos reforçam a pertinência da noção de consubstancialidade das relações sociais. Em Kergoat (2010), Hirata (2002), Hirata *et al.* (2009), Taylor e Whittier (1998) e Trat (2009), classe, gênero e raça não aparecem como dimensões somadas externamente, mas como relações que se coproduzem no cotidiano do trabalho. A análise crítica do discurso de Fairclough (2016) permite compreender essas falas como práticas discursivas nas quais as participantes nomeiam violências, interpretam hierarquias e elaboram sentidos sobre sua posição social. Já o materialismo histórico-dialético permite relacionar tais enunciados às estruturas sociais que produzem a subalternização de mulheres, jovens e pessoas negras no trabalho qualificado.

Metas, assédio e sofrimento

Outro eixo recorrente nas entrevistas diz respeito às metas, às avaliações individuais e práticas de pressão. A gestão contemporânea transforma desempenho, produtividade e competência em critérios permanentes de julgamento. Linhart (2000, 2007) denomina esse processo de individualização do trabalho, pois o coletivo é fragmentado e cada trabalhador passa a responder isoladamente por resultados que dependem de condições estruturais. Tertulian (1993) permite relacionar essa dinâmica à autoalienação, na medida em que o sujeito passa a internalizar como falha pessoal aquilo que decorre de relações sociais objetivas.

Quando a produtividade ultrapassa as capacidades humanas, o assédio moral pode funcionar como tecnologia de gestão. Barreto (2013) assinala que o assédio, mesmo quando dirigido a uma pessoa, repercute sobre todo o coletivo de trabalho. Barreto e Heloani (2013) e Gaulejac (2007) mostram que tais práticas não devem ser reduzidas ao comportamento individual de chefias, pois se articulam a modelos organizacionais baseados em medo, competição e

fragilização subjetiva. Os relatos das entrevistadas sobre cobranças fora do horário, humilhações, sobrecarga antes de provas, tarefas subalternizadas e microagressões raciais indicam que a violência organizacional opera como mecanismo disciplinador e como forma de naturalização da desigualdade.

Esses elementos confirmam pesquisas sobre trabalho e adoecimento. Sato (2002), retomada por Antunes (2020), associa a falta de controle sobre o processo laboral a adoecimentos osteoarticulares, gastrointestinais, cardiovasculares, transtornos mentais e acidentes de trabalho. Praun (2014) identifica depressão, fobias e transtornos de ansiedade relacionados a ambientes laborais marcados por controle exacerbado, enquanto Rocha (2007) destaca o agravamento do sofrimento diante da falta de apoio social e da demora diagnóstica. A saúde, portanto, não pode ser compreendida como dimensão individual isolada, mas como expressão das condições concretas de trabalho, estudo e vida.

Síntese analítica

As experiências das estudantes-trabalhadoras analisadas expressam, em escala singular, transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. A conciliação entre formação jurídica e trabalho não constitui simples etapa transitória de qualificação profissional; ela já se realiza sob a lógica da precarização, da intensificação, da insegurança contratual e da captura da subjetividade. O materialismo histórico-dialético permite compreender tais experiências como momentos de uma totalidade social contraditória, ao passo que a análise crítica do discurso de Fairclough (2016) possibilita apreender como as estudantes narram, significam e, por vezes, problematizam essas condições.

Nesse sentido, os relatos não funcionam apenas como ilustração de categorias teóricas previamente estabelecidas. Eles revelam como a precarização se concretiza no corpo cansado, no tempo de estudo comprimido, no banco do ônibus transformado em espaço de descanso, na fragilidade do estágio, na ambivalência das tecnologias, no medo diante das metas e na naturalização de violências organizacionais, raciais e de gênero. Assim, a experiência das jovens estudantes-trabalhadoras do Direito ilumina a formação de um segmento qualificado do novo proletariado de serviços, marcado por competências técnicas, expectativas profissionais elevadas e condições crescentemente instáveis de inserção no mundo do trabalho (Antunes, 2020).

Conclusão

As trajetórias das estudantes-trabalhadoras do curso de Direito analisadas neste artigo não podem ser compreendidas como experiências estritamente individuais, mas como expressões singulares de relações sociais historicamente determinadas. Como indicam Marx e Engels (2007), os sujeitos partem de si mesmos, porém sempre inseridos em condições concretas de existência. Nesse sentido, os dados empíricos demonstram que a conciliação entre formação superior, estágio, trabalho remunerado, deslocamentos, exigências acadêmicas e responsabilidades cotidianas produz desgastes físicos, emocionais e cognitivos que atravessam diretamente a permanência universitária e a qualidade de vida das entrevistadas.

Os resultados evidenciam que a inserção dessas jovens no setor de serviços qualificado já ocorre sob o signo da precarização. As falas das participantes revelam jornadas extensas, compressão do tempo de estudo, disponibilidade permanente mediada por tecnologias digitais, insegurança contratual, microagressões raciais, divisão sexual de tarefas, assédio e sofrimento psíquico. Esse quadro confirma a análise de Antunes (2020) acerca do “privilegio da servidão”,

condição em que trabalhadores e trabalhadoras dependem do trabalho para viver, mas o acessam sob formas crescentemente instáveis, intensificadas e desprotegidas. De modo convergente, a individualização das metas, a gestão pelo medo e a responsabilização subjetiva das trabalhadoras expressam a nova morfologia da classe que vive do trabalho, marcada por heterogeneidade interna e precarização generalizada (Antunes, 2015, 2018, 2020).

A pesquisa também confirma a centralidade ontológica do trabalho. Em Marx e Engels (2005), o trabalho constitui atividade fundante da vida social; entretanto, sob o capitalismo, assume forma alienada, subordinada à valorização do valor e à exploração da força de trabalho. Por isso, o problema não reside no trabalho em si, mas em sua forma capitalista, que converte a atividade humana em meio compulsório de sobrevivência (Antunes, 1999). Ainda que o trabalho participe da constituição psíquica e social dos sujeitos, satisfazendo necessidades e compondo identidades individuais e coletivas (Mendes, 1995, 1999; Mendes; Abrahão, 1996), os relatos das estudantes indicam que sua organização concreta tende a produzir sofrimento, especialmente quando se esgotam as possibilidades de adaptação às exigências laborais (Dejours; Abdoucheli; Jayet, 1994).

Nesse ponto, a articulação entre análise empírica e referencial crítico mostra-se decisiva. A vivência de cansaço extremo, humilhações, racismo cotidiano, insegurança e invasão do tempo privado pelas tecnologias não constitui desvio ocasional, mas manifestação concreta de uma sociabilidade em que o desenvolvimento técnico e organizacional, quando subordinado ao capital, aprofunda a alienação. A distinção marxiana entre classe “em si” e classe “para si” ajuda a compreender esse movimento: embora as estudantes compartilhem uma condição objetiva de assalariamento ou pré-assalariamento, a constituição de uma consciência coletiva autônoma permanece tensionada por vínculos frágeis, expectativas profissionais individualizadas e formas distintas de precarização (Lukács, 1974; Marx, 2017; Mészáros, 2011).

Ao mesmo tempo, os dados reforçam a necessidade de incorporar as relações sociosexuais e raciais às pesquisas críticas sobre trabalho. Como argumenta Scavone (1997), a análise do trabalho deve considerar as formas específicas pelas quais gênero e corpo se articulam à exploração. No caso investigado, a precarização não se distribui de modo homogêneo: ela incide de maneira diferenciada sobre mulheres negras, pardas e brancas, atravessando expectativas de competência, reconhecimento e pertencimento no campo jurídico. Essa constatação dialoga com Heller (1977, 1982), Hirata (1986) e Bihr (1991), ao recolocar a emancipação do trabalho como inseparável da transformação das relações sociais que organizam a vida cotidiana.

Por fim, a condição juvenil das entrevistadas evidencia que o desenvolvimento dos sujeitos depende das condições objetivas de existência e das mediações sociais disponíveis (Suchodolski, 1992). Como lembra Heinrich (2024), a dominação do valor sobre as pessoas não é uma lei natural, mas uma relação social historicamente produzida e, portanto, transformável. Assim, esta pesquisa demonstra que a experiência das estudantes-trabalhadoras do Direito não constitui apenas etapa transitória de formação profissional, mas ponto privilegiado para compreender as metamorfoses contemporâneas do trabalho, da precarização e do adoecimento sob o capitalismo. Compreender essas trajetórias significa reconhecer que a luta por condições dignas de trabalho, permanência universitária efetiva e tempos de vida não subordinados à valorização do capital permanece tarefa histórica incontornável.

Referências

ANNUNZIATO, F. Il fordismo nella critica gramsciana e nella realtà statunitense contemporanea. **Crítica Marxista**, Roma, a. 27, n. 6, p. 91-114, nov./dez. 1989.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARATA-MOURA, J. **Totalidade e contradição**: acerca da dialética. Lisboa: Horizonte, 1977.

BARRETO, M. Assédio moral: trabalho, doenças e morte. *In*: SEMINÁRIO COMPREENDENDO O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, 2013, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Fundacentro, 2013. p. 13-26.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. *In*: LOURENÇO, E. Â. de S.; NAVARRO, V. L. (org.). **O avesso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 107-123.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1991.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2022.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CACOUAULT, M. Prof... c'est bien pour une femme. **Le Mouvement Social**, Paris, n. 140, p. 107-119, jul./set. 1987.

CARRIJO, J. P. R.; PREVITALI, F. S. Qualidade de vida dos estudantes de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (2017-2022). **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 10, n. 18, p. 1-20, 2024.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 117-150, set. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200007>

CORIAT, B. **El taller y el robot**: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica. Ciudad de México: Siglo XXI, 1992a.

CORIAT, B. **Pensar al revés**: trabajo y organización en la empresa japonesa. Ciudad de México: Siglo XXI, 1992b.

COUTINHO, C. N. (org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos (1916-1935). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Brasília: Paralelo 15, 2010.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.
- FREYSSINET, M. A divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, jul./dez. 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v1i2.84767>
- GASKELL, G.; BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 375-413.
- GRANGER, G. G. **La raison**. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.
- GROHMANN, R.; SALVAGNI, J. **Trabalho por plataformas digitais**: do aprofundamento da precarização à busca por alternativas democráticas. São Paulo: Edições Sesc, 2023.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEINRICH, M. **Introdução a O capital de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2024.
- HELLER, A. **Sociologia da vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- HELLER, A. **La revolución de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1982.
- HIRATA, H. Trabalho, família e relações homem/mulher. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-25, 1986.
- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- HUWS, U. **Labor in the global digital economy**: the cybertariat comes of age. Londres: Merlin Press, 2014.
- IGLESIAS, M. E. D.; GÓMEZ, A. M. Análisis documental y de información. **ACIMED**, Havana, v. 12, n. 2, p. 1, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- KERGOAT, P.; PICOT, G.; LADA, E. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 159-166.

- KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LAGRAVE, R.-M. Une émancipation sous tutelle. In: DUBY, G.; PERROT, M. (dir.). **Histoire des femmes en Occident**. Paris: Plon, 1992. t. 5, p. 430-461.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LÊNIN, V. I. **Cahiers philosophiques**. Paris: Éditions Sociales, 1965.
- LESNIESKI, M. S.; TREVISOL, M.; OLEINICK, N. P. Precarização do trabalho docente na educação superior: uma abordagem a partir do Censo da Educação Superior 2023. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 30, e294570, p. 1-26, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-57652025v30id294570>
- LINHART, D. O indivíduo no centro da modernização das empresas. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 24-36, 2000.
- LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LOJKINE, J. A classe operária em mutações. Tradução: José Paulo Netto. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- LÖWY, M. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MANOEL, A. C. N. M.; TEIXEIRA, E. C. Escolaridade feminina e mercado de trabalho informal brasileiro: uma análise segundo a raça. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 141-171, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.38116/ppc54n2art5>
- MARCUSE, H. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- MARX, K. **Il capitale: critica dell'economia politica**. v. 3. Roma: Rinascita, 1959.
- MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1972.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos filosóficos**. 3. ed. Tradução: Carlos Grifo. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- MARX, K. **Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978a.
- MARX, K. Extractos de lectura – James Mill. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras de Marx y Engels**. Ciudad de México: Grijalbo, 1978b. p. 275-293.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FERNANDES, F. (org.). **Marx/Engels: história**. São Paulo: Ática, 1983. p. 146-181.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENDES, A. M. B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100009>
- MENDES, A. M. Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional. 1999. 306 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- MENDES, A. M.; ABRAHÃO, J. I. A influência da organização do trabalho nas vivências de prazer-sofrimento do trabalhador: uma abordagem psicodinâmica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 179-184, 1996.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do Leviatã: crítica do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Recife: Hucitec, 2014.
- MURRAY, F. The decentralisation of production: the decline of the mass-collective worker? **Capital & Class**, Londres, n. 19, p. 74-99, 1983.
- NICOLE-DRANCOURT, C. **Le labyrinthe de l'insertion**. Paris: La Documentation Française, 1991.
- OFFE, C.; BERGER, J. A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços. In: OFFE, C. **Trabalho & sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2. p. 11-53.
- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PIRES, A. T.; SENKEVICS, A. S.; SPOSITO, M. P. Jovens, educação e trabalho no Brasil: desigualdades combinadas de gênero, raça e classe. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 46, e297617, p. 1-15, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/cc297617>
- PRAUN, L. D. **Não sois máquina! Reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ROCHA, S. R. A. Depressão relacionada aos distúrbios osteomusculares no trabalho bancário. In: MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 143-161.
- SABEL, C.; PIORE, M. **The second industrial divide**. New York: Basic Books, 1984.
- SATO, L. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (org.). **Saúde mental e trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31-49.

SAUPE, R.; NIETCHE, E. A.; CESTARI, M. E.; GIORGI, M. D. M.; KRAHL, M. Qualidade de vida dos acadêmicos de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 4, p. 636-642, jul./ago. 2004.

SCAVONE, L. Invisibilidad social de dolencias profesionales ligadas a la exposición al amianto. **Cuadernos Mujer Salud**, Santiago, n. 2, p. 143-147, 1997.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

TAYLOR, V.; WHITTIER, N. Guest editors' introduction: special issue on gender and social movements: part 1. **Gender & Society**, Thousand Oaks, v. 12, n. 6, p. 622-625, dez. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1177/089124398012006002>

TERTULIAN, N. Le concept d'aliénation chez Heidegger et Lukács. **Archives de Philosophie**, Paris, v. 56, p. 431-450, 1993.

THÉBAUD-MONY, A. Saúde no trabalho. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 217-221.

TRAT, J. Movimentos sociais. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 149-153.

WRIGHT MILLS, C. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

Recebido em 15/03/2026

Versão corrigida recebida em 26/06/2026

Aceito em 27/06/2026

Publicado online em 08/07/2026